

A MORAL LOCKEANA NOS MANUSCRITOS DE 1660 ATÉ 1688

LOCKEANA MORALITY IN MANUSCRIPTS FROM 1660 TO 1688

*Christian Lindberg Lopes do Nascimento*¹

Resumo: A argumentação exposta a seguir abordará como o tema da moral foi desenvolvido nos livros que Locke produziu entre os anos de 1660 e 1688. Este recorte temporal justifica-se porque a aparente controvérsia entre a Ciência e a Religião se faz presente. Para o êxito da pesquisa, utilizou-se o seguinte referencial teórico: a fonte primária foi extraída dos textos de Locke, nas secundárias, há outros manuscritos dos comentadores julgados como relevantes. Por fim, a leitura, a análise e a interpretação dos textos selecionados compuseram o procedimento metodológico empregado.

Palavras-chave: Ciência. Locke. Moral. Religião.

Abstract: The argument below will address how the theme of morality was developed in books that Locke produced between the years of 1660 and 1688. This cut-off time is justified because the apparent controversy between Science and Religion is present. For the success of the research, the following theoretical framework is used: the primary source was extracted from Locke's texts, in the secondary, there are other reviewers of manuscripts judged as relevant. Finally, the reading, the analysis and the comprehension of the selected texts composed the methodological procedure used.

Keywords: Science. Locke. Moral. Religion.

* * *

A argumentação a ser exposta tem como elemento norteador a reflexão que John Locke desenvolve em torno da moral. No entanto, o desenvolvimento da análise se dará em torno de uma aparente controvérsia entre a Ciência e a Religião. Tal questão manifesta-se nas obras que ele produziu entre os anos de 1660 e 1688. Diante desta delimitação, pergunta-se: Qual é a reflexão Locke estabelece acerca da moral nos seus primeiros escritos?

Para elucidar a presente investigação, percebe-se a relevância de expor o que o filósofo inglês define como Ciência² e como Religião. Locke entende que a Ciência pode ser dividida em três partes: a *physiké* ou filosofia natural é aquela que compreende o conhecimento das coisas, como elas são em si mesmas, nas suas relações e suas

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista FAPESP. Email: christian.lindberg76@gmail.com

² A compreensão de Ciência entre os séculos XV e XVII é distinta da que temos hoje. A Ciência tinha um significado bem geral, compreendendo temas como a teologia, a ética, o direito e a política, como também a aritmética, a geografia, a cronologia, a história, a geometria.

maneiras de operação; a segunda Ciência é a *praktiké*, que estuda o que o próprio homem deve fazer, como agente racional e voluntário, para a obtenção de algo, principalmente a felicidade, ou seja, é a habilidade de aplicar bem as próprias potências e ações com o fim de alcançar coisas boas e úteis; por fim, a *semeiotiké* ou doutrina dos sinais é aquela que compreende o caminho e os meios pelos quais nos comunicamos.

Já por Religião o filósofo inglês designa tudo aquilo que supõe tornar o homem capaz de conhecer a existência de Deus. Assim, a Religião distingue a fé da razão, já que a fé é o assentimento a qualquer proposição estabelecida pela confiança do proponente, pois deriva de Deus e é desvendada pela revelação.

Essa aparente controvérsia manifesta-se no *Ensaio sobre a lei de natureza* quando o filósofo inglês afirma que: “tudo o quanto conhecemos **inscreve-se em nossos corações** [grifo nosso] por dádiva da natureza e por certo privilégio de nascimento, ou nos é transmitido por ouvir dizer, ou é retirado por nós dos sentidos.” (LOCKE, 2007, p.111). No *Dois tratados sobre o governo civil* Locke concebe que a lei divina como a única superior a lei civil, tornando esta última hierarquicamente subordinada.

A análise sobre a formulação do tema moral nas obras de John Locke, feita neste artigo, pretende averiguar como a aparente controvérsia entre Ciência e Religião repercute na moral do indivíduo. Considerando os objetivos aqui traçados, o recorte será feito com base em alguns livros de Locke: *Draft A*³, *Ensaio sobre a lei de natureza* e alguns opúsculos escritos entre 1675 e 1679. É bom considerar que estes títulos contribuíram para maturar o pensamento lockeano, a ponto de Ives Michaud (1991, p.18) identificar que os primeiros escritos de Locke começaram com problemas políticos, atribuindo a posição central ao conceito de lei de natureza, e que os desdobramentos desta preocupação o conduziram ao ambiente científico vivido por Thomas Sydenham (médico) e Robert Boyle (químico).

O pensamento lockeano no que se refere à temática da moral em seus primeiros escritos é pautado pela valorização da experiência como fonte primária para o conhecimento. De igual modo, há escritos que já demarcam o raio de ação dos indivíduos na esfera pública e na esfera privada, mais precisamente o debate que gira em torno da separação entre a vida civil e a religiosa.

O contato de Locke com a vida laboratorial lhe permitiu conhecer o debate que girava em torno da nova ciência médica. Esta vivência acadêmica e profissional rendeu

³ O *Draft A* constitui o mais antigo esboço do *EHU*.

a ele o contato com um dos mais importantes cientistas ingleses da época: o médico Thomas Sydenham. Embora neste período da vida de Locke não exista nenhum traço que aponte para a reflexão sobre a moral, a partir das considerações feitas por ele a respeito da nova ciência, o caminho estava sendo delimitado.⁴

Woolhouse (2007, p. 87) observa que Locke insistiu, a exemplo de Sydenham, que o conhecimento da cura, da composição e da dosagem das substâncias médicas, não resulta de uma teorização, mas da experiência, a partir da observação da doença, da sua natureza e do progresso da cura. Dessa forma, Locke expressa o seu desacordo com a prática médica vigente, dominada pelas contribuições de Hipócrates e de Galeno. Yves Michaud relata que esta consideração lockeana reflete, diretamente, a metodologia adotada por Sydenham, que “recomendava uma observação exata das doenças, sua descrição em uma história natural que recolhesse os fenômenos, para reagrupar as doenças por espécies” (MICHAUD, 1991, p.27). A reflexão sobre a medicina que Locke desenvolveu se caracteriza por: 1) Uma refutação à medicina da época, inclusive à forma como ela era ensinada nas universidades. Para ele, a ciência médica não cumpria verdadeiramente a sua função, de compreender a natureza das doenças, muito menos a sua cura exata; 2) Que o método científico empregado pela física, de inspiração galilaica, deveria ser utilizado pela medicina, visando a compreensão e a cura das doenças; 3) Ao invés de ser uma ciência especulativa, a medicina deveria ser vista como uma ciência experimental.

Como resultado, o conhecimento da anatomia e da fisiologia do corpo humano ganharam um novo impulso, e a medicina inglesa entrou em um novo patamar. Além disso, as ponderações apresentadas por Locke e Sydenham permitiram, para a ciência médica, a inclusão de um novo vocábulo: probabilidade. Desenvolvido inicialmente no *Draft A* - §33 ao §42 -, o conceito de probabilidade reaparece no *EHU*. Para Locke, probabilidade diz respeito à possibilidade de algo ser verdadeiro.

Esta reflexão desenvolvida por Locke sobre a medicina, a partir da convivência com Sydenham, valoriza a experiência como fonte inicial para a obtenção do conhecimento. Henri Marion (1997, p.103, tradução nossa) aponta que “as mesmas preocupações utilizadas por Locke para compreender a medicina estão presentes na sua

⁴ O aprofundamento dos conhecimentos médicos de Locke se deu por causa de uma doença vivida pelo seu patrão, o então Lord Anthony Ashley Cooper. Após ser curado de uma enfermidade gravíssima, o futuro Conde de Shaftesbury estreitou os laços de confiança com o filósofo inglês.

concepção de ciência natural, problemas econômicos, políticos, morais”. Já François Duchesneau (1973, p.91, tradução nossa) afirma que:

Locke desenvolve sua reflexão visando criticar o inatismo cartesiano que era a principal teoria do conhecimento vigente. Ele visa justificar os erros do entendimento; por outro lado, enseja produzir um procedimento que seja seriamente capaz de certificar a filosofia natural. Para tanto, considera a forma particular da medicina, para analisar os casos de todas as demais ciências factuais.

Mesmo não expondo nenhuma preocupação de cunho moral, o impacto desta concepção torna-se nítida nas obras epistemológicas do filósofo inglês, especialmente no *Draft A*, no *Ensaio sobre a lei de natureza*⁵ e no *EHU*. Assim, é na reflexão acerca do conceito de lei de natureza⁶ que há o impacto da valorização da experiência como fonte primordial para a obtenção do conhecimento, tornando-se, portanto, fundamental para a compreensão da moral lockeana. Este termo reveste-se em uma espécie de “manto sagrado” para a ação individual.

É no *Ensaio sobre a lei de natureza*⁷ que a reflexão que Locke desenvolve acerca da moral aparece de forma inicial. John Colman observa que há três interpretações para esta obra: a primeira relaciona-a com a epistemologia lockeana contida no *EHU*. Norberto Bobbio faz esta aproximação no livro *Locke e o direito natural*; a outra não detecta nenhum tipo de aproximação entre os dois textos. Jean-Fabien Spitz, na obra *John Locke et les fondements de la liberté moderne*, expõe uma argumentação na qual estabelece que o essencial da lei de natureza orienta o direito

⁵ É oportuno mencionar a influência da teoria corpuscular de Boyle na concepção empirista de Locke, especialmente a caracterização que o filósofo fez acerca das qualidades primárias e secundárias das ideias. De igual modo, é importante destacar que o mecanicismo de Boyle repercutiu na noção de Deus exposta pelo autor dos *EHU*. A exemplo do que acontece com Sydenham, o diálogo entre Locke e Boyle não deu ênfase à moral, mas ajudou a posicionar a filosofia natural de Locke na direção de valorizar a experiência como fonte inicial para a obtenção do conhecimento.

⁶ O conceito de lei de natureza aparece em boa parte da obra lockeana. No *Dicionário Locke*, John Yolton (1996, p.145) a identifica como uma regra de moralidade ou como razão correta, que é reivindicada por todo aquele que se considera um ser humano. Também é caracterizada como a lei estabelecida por Deus com vista às ações humanas, que lhes é promulgada pela luz da natureza ou pela voz da revelação.

⁷ Oriundo de nove conferências ministradas (*taskmaster* – conferências de despedida da função de professor) pelo então professor da cadeira de Filosofia Moral John Locke, este livro é escrito sob a forma escolástica, conhecidas na época como *Quaestiones*, isto é, palestras que tratam de temas controversos, formadas a partir da argumentação favorável e objeções a questão em debate, o que difere do estilo de escrita que caracteriza um ensaio. Na ocasião, o autor do *EHU* estava se despedindo das suas funções naquela instituição e, respeitando um hábito da época, ministrou as conferências, embora as fizesse a contragosto. Destas, apenas a última não faz parte da citada obra, porque ela é composta apenas por agradecimentos. Vale ressaltar que Locke começou a trabalhar em Oxford no ano de 1660, período em que conheceu Gabriel Towersen. Ambos procuravam responder a questões do tipo: Há realmente uma regra moral ou o direito natural é dado para todos nós? Estamos indo em sua direção? Como a conhecemos? Em que ela está baseada?

positivo. Já a terceira é denominada de intermediária. O defensor desta análise é o próprio John Colman. Ele afirma que Locke desenvolve uma consistente teoria empirista do direito natural. Este comentador observa que há cinco traços que alicerçam sua observação: 1) Que a conduta ou os preceitos da moralidade são universais; 2) O conteúdo desta conduta é fundado sobre a natureza humana e é imutável; 3) Que este comportamento é acessível para a razão, mais precisamente para a reta razão; 4) A condução do direito natural tem autoridade moral sobre a direção das outras condutas na sociedade; 5) E, por último, a ideia de direito natural está associada a Deus. Por fim, Colman observa que a moral não é inata, mas é adquirida através da experiência que cada indivíduo realiza.

Interpretações a parte, o que diz Locke no *Ensaio sobre a lei de natureza*? O objetivo central desta obra é refutar a concepção inatista das ideias e apresentar a sensibilidade como fonte inicial para a obtenção do conhecimento. Há no percurso argumentativo do filósofo a descrição da concepção lockeana sobre a moral, debate que é expresso através do conceito de lei de natureza. Este escrito encontra-se dividido da seguinte forma:

Locke procede da seguinte maneira. Depois de afirmar que existe uma lei de natureza (I), passa a considerar como podemos conhecê-la (II-V) [...] Então discute o que torna obrigatória a lei de natureza. Isso leva à consideração da justiça de Deus, o conceito de legislação e o papel da punição (VI). Em seguida, isso leva à reflexão sobre os modos pelos quais a lei, embora universalmente obrigatória, é modificada por circunstâncias e por relações morais particulares (VII). Por fim, Locke impugna a reivindicação cética de que o único fundamento para a ação humana é o interesse próprio e os prazeres pessoais (VIII). (LOCKE, 2007, p.99)

Ao conceber a existência da lei de natureza, o principal intuito de Locke era demonstrar que ela não era inata, mas permitir que a experiência a conheça e a interprete através do entendimento. Locke utiliza cinco argumentos para explicar que a lei de natureza existe e como ela pode se tornar aceitável: 1) Que a ação humana é guiada pela razão;⁸ 2) A lei de natureza pode ser extraída da consciência humana;⁹ 3)

⁸ Quando defende que a função do homem é agir em conformidade com a razão, Locke tem a pretensão de dizer que “há alguns princípios morais que a humanidade inteira reconhece e que todos os homens do mundo aceitam unanimemente – mas isso não poderia acontecer se a lei não fosse natural.” (LOCKE, 2007, p.103). Contudo, ele admite que a lei de natureza não é conhecida por todos que possuem razão.

⁹ A argumentação que Locke adota para defender esta afirmativa tem como premissa o fato de que “a sentença que cada um profere sobre si próprio testemunha, assim, que existe uma lei de natureza.” (LOCKE, 2007, p.107).

Todas as coisas observam uma lei fixa de funcionamento e um modo de existência próprio à sua natureza;¹⁰ 4) Na inexistência de uma lei de natureza, os homens não vivem socialmente;¹¹ e, 5) Sem a lei de natureza não existe virtude nem vício, nem a recompensa pelo bem nem a punição pelo mal.¹²

Mas como a lei de natureza é conhecida? Locke compreende que pode haver três formas: inscrição,¹³ tradição¹⁴ e percepção sensorial.¹⁵ Tanto a primeira, como a segunda são consideradas inapropriadas por ele, porque se todos os indivíduos conhecessem por esses meios a lei de natureza, não haveria o mal. O que ele argumenta é que a lei de natureza depende das circunstâncias, das diferenças culturais e das opiniões distintas sobre o que é certo ou errado. Há uma quarta forma que é através da revelação,¹⁶ mas o filósofo inglês não desenvolve esta argumentação.

Não sendo por inscrição, nem por tradição, a lei de natureza só pode ser conhecida pela percepção sensorial. Contudo, Locke não afirma que o homem a encontre em qualquer lugar, assim, por acaso. Ele constrói uma argumentação no sentido de referendar que esta lei é compreendida pelos indivíduos na medida em que

¹⁰ Locke observa que (2007, p.107) não parece compatível com a sabedoria de Deus criar um animal – leia-se ser humano – perfeito e não atribuir-lhe nenhuma tarefa sob a Terra. Por isso, Deus designou às suas criaturas uma lei que tenha como objetivo guiar a conduta humana.

¹¹ Como não existe uma lei comum para todos os indivíduos, o convívio social torna-se impossível. No estado de natureza esta lei é a de natureza, na sociedade contratual é a civil.

¹² A ausência de uma lei significa que tudo dependeria do arbítrio humano, fazendo com que o homem não seja obrigado a nada, exceto aos desejos pessoais.

¹³ “No que se refere à inscrição, alguns são da opinião que a lei de natureza nos é inata, tendo sido de tal modo implantado pela natureza nas mentes de todos, que não vem ao mundo ninguém cuja mente não carregue os caracteres e as marcas inatas de seu dever gravados nela, ninguém que não tenha nascido com esses preceitos morais e regras de conduta em seus pensamentos, nem os conheça.” (LOCKE, 2007, p.112)

¹⁴ “Distinguimos da experiência sensorial não porque as tradições não encontrem na mente pelos sentidos – são aceitas, na verdade, por ouvir dizer – mas porque os ouvidos recebem os sons apenas, sendo a crença que abarca o fato. Por exemplo, a confiarmos em Cícero quando fala de César, acreditamos que César, quem Cícero sabia ter vivido, viveu. Ora, dizemos que a tradição não é um modo de conhecimento pelo qual a lei de natureza chega até nós, e não dizemos isso por negarmos que alguns preceitos dessa lei, aliás quase todos, nos sejam transmitidos pelos pais, mestre e todos os que diligentemente formam os modos do jovem e preenchem de amor e conhecimento da verdade.” (LOCKE, 2007, p.113)

¹⁵ “O último modo de conhecimento que resta a discutir é o da percepção sensorial, que declaramos ser a base de nosso conhecimento da lei de natureza. Entretanto, não se deve entender isso no sentido de que a lei de natureza aparece em algum lugar tão claramente que é possível a lermos com nossos olhos, examiná-la com nossas mãos ou ouvi-la proclamar-se. Porém, como estamos agora procurando o princípio e a origem do conhecimento dessa lei, e o modo pelo qual se torna conhecida dos homens, declaro que a fundação de todo o conhecimento dela deriva das coisas que percebemos por meio de nossos sentidos.” (LOCKE, 2007, p.116)

¹⁶ Estranhamente Locke menciona a revelação como uma forma para conhecer a lei de natureza, mas não comenta nada a respeito. Yolton (1996, p. 250) afirma que há duas fontes para a revelação: a luz da natureza e revelação direta. No *Ensaio sobre a lei de natureza* a revelação é associada à luz da natureza, que é caracterizada como uma verdade que um homem pode alcançar por si mesmo e sem ajuda de um outro, se fizer o uso apropriado das faculdades como que foi dotado pela natureza. O termo luz da natureza desaparece nos escritos posteriores, sendo substituída pelo termo razão.

cada um entenda e distinga um objeto do outro, o bem e o mal. Desta maneira, o indivíduo abarca a dimensão das coisas, como também a existência do Criador.

A lei de natureza torna-se um guia moral para a ação de cada indivíduo e o balizador para o convívio social. No entanto, Locke atenta ao fato de que há a necessidade de que haja a constituição de instrumentos que garantam o convívio social, leia-se contrato social. O estabelecimento do contrato social significa que existe uma lei de natureza consensual e que impulsionou o indivíduo a estabelecê-lo? Este consenso geral prova o caráter inato da lei de natureza? Locke vai afirmar que o consenso positivo¹⁷ e o consenso natural¹⁸ não provam o inatismo da lei de natureza. Para o primeiro consenso, ele diz que só existe porque os homens o consagraram, criando normas de convívio. Para o segundo tipo, Locke entende que a formação de um contrato social não se dá naturalmente, mas motivado pela intervenção do homem na condição existente no estado de natureza.

Se não é por consenso, o que garante ao indivíduo a sua autopreservação se ele é um ser sociável? Locke (2007, p.143) vai afirmar que “Com efeito, se a fonte e origem de toda essa lei [de natureza] são o cuidado e a preservação de si, a virtude se mostraria não tanto um dever como uma convivência do homem, de modo que algo somente será bom se for útil”. Assim sendo, a lei de natureza tem como função normatizar a vida humana do ponto de vista da moral, demonstrando que é uma lei superior, como também uma lei possível de ser conhecida por todos. Locke alicerça na obrigatoriedade da lei de natureza as bases para a construção da lei civil.

Portanto, como todos os homens são racionais por natureza, e como há uma harmonia entre essa lei e a natureza racional, e essa harmonia pode ser conhecida pela luz da natureza, segue-se que todos os que são dotados de uma natureza racional, isto é, todos os homens do mundo, estão moralmente obrigados por essa lei. (LOCKE, 2007, p.154)

O fato de a lei de natureza ser perceptível pela sensação e compreendida pela razão não permite afirmar que ela é universal. Para exemplificar tal situação, Locke utiliza o exemplo dos povos do novo mundo, que não conhecem nenhum tipo de norma civil,

¹⁷ Chama-se de *positivo* o consenso que resulta de um contrato, seja ele tácito - isto é, sugerido pelos interesses e conveniências comuns dos homens, tais como o livre trânsito de emissários, a liberdade de comércio e outras coisas desse tipo - ou um contrato expressamente firmado, tais como as linhas fronteiriças entre dois povos vizinhos. (LOCKE, 2007, p.132)

¹⁸ Consenso ao qual os homens são levados por um certo instinto natural sem a intervenção de pacto. (LOCKE, 2007, p.133).

sendo muitos deles politeístas. Cita, também, as crianças e as pessoas que têm algum tipo de deficiência mental. Para o filósofo inglês, por não possuírem ideias na mente ou pela sua incapacidade de usar corretamente a razão, a compreensão da lei de natureza torna-se impossível.

Todavia, há uma controvérsia que envolve este conceito. Se a lei de natureza não é inata, se para compreendê-la é necessário o correto uso da razão e se a percepção é quem oferece as ideias iniciais para os indivíduos usarem o intelecto, por que Locke afirma que a lei de natureza é obrigatória para todos os indivíduos e que ela é uma referência de Deus¹⁹ na mente das pessoas?

Além de pôr em cheque a crítica lockeana ao inatismo, este questionamento pode permitir a análise feita por Yves Michaud e por Norberto Bobbio em que afirmam que a lei positiva é um *continuum* da lei divina, competindo à lei de natureza a função de dar um estatuto moral para a lei positiva. O que se pode afirmar é que Locke sai dessa controvérsia com a publicação do *EHU*.

São as almas dos homens, não suas vidas, que devemos buscar -, pois é lá que estão impressos os preceitos da natureza e se escondem as regras da moralidade, junto com os princípios que os usos dos homens não são capazes de corromper; e que, como esses princípios são os mesmos em cada um de nós, não possuem outro autor além de Deus e da natureza. (LOCKE, 2007, p.135)

No *Draft A*, a controvérsia entre Ciência e Religião não aparece. Tida como uma obra meramente epistemológica, este texto introduz os enunciados contidos no *EHU*, embora tenha ganhado contornos próprios. Nesta obra, Locke identifica que o conhecimento tem nos sentidos a fonte inicial para a sua aquisição. Talvez isto explique o fato de Yves Michaud (1991, p.31) identificar este título como aquele que esboça “a passagem das questões morais e políticas para o exame das bases do conhecimento”, caracterizando-a, portanto, como uma obra que visa apreciar o intelecto e interrogar a extensão do conhecimento humano.

Para Locke, tudo que é captado pelos sentidos pode ser reduzido a ideias simples, embora os sentidos captem em geral objetos que são compostos por diversas dessas ideias. O cavalo que é visto, ou o homem, ou a casa, são, por exemplo, complexos que se compõe de uma variedade de ideias simples conjugadas. Como diz o

¹⁹ Segundo Locke, Deus dotou o homem de razão para que este pudesse não só conhecer as obras da criação, mas também para permitir a compreensão do poder do Criador, tornando a razão no fundamento universal da lei de natureza.

próprio Locke (2013, p.20): “As ideias simples se encontram no entendimento com tamanha clareza, distinção e perfeição que nunca são tomadas umas pelas outras”. Desta maneira, as ideias simples são expressas através da linguagem, ou seja, toda ideia simples corresponde a uma palavra.

A outra fonte do conhecimento são aquelas formadas no entendimento, a exemplo das ideias de crença, de dúvidas, de desejos, de amor, etc., e que não são captadas pelos nossos sentidos. Para Locke (2013, p.7): “O nosso conhecimento ulterior não é mais do que comparação, união, composição, alargamento e outros modos de diversificação dessas ideias simples”.

Percebe-se que todo o nosso conhecimento é oriundo das ideias simples. Mais que isso, é das relações²⁰ entre as ideias simples que o entendimento humano desenvolve novas ideias. Um caso típico e ilustrativo aparece na argumentação que Locke faz em torno da moral. Relacionada à retidão das ações humana, à conformidade com o bem ou o mal, a moral é oriunda das relações que são feitas entre as ideias simples. Consequentemente, a moral não é inata, mas sim reflexo das ideias que são captadas pelos sentidos e que são avaliadas através da relação entre as ideias simples e a ação individual.

Todavia, Locke faz uma ressalva: do ponto de vista da moral, há regras que têm um fundamento bem distinto da que foi abordada anteriormente, ou seja, são padrões de conduta que são externos ao nosso entendimento, que independem dos sentidos, mas que têm o poder de punir os desvios humanos. Fala-se da moral que é oriunda de Deus, esta sim, diz o filósofo, é a verdadeira regra para a conduta de cada indivíduo.

Visando compreender melhor essa aparente celeuma, existe uma argumentação que Locke desenvolve em torno da crença e do conhecimento. De forma enfática, o filósofo caracteriza estes termos da seguinte maneira:

Entre crença e conhecimento, esta outra diferença: para haver crença é preciso haver palavras ou signos equivalentes a elas, com os quais se propõe a verdade em que se deve aceitar, e para haver conhecimento não há necessidade de palavras, é preciso apenas que se proponha a coisa mesma. Por essa razão, conhecimento e crença são atos opostos. Na crença, primeiro ouvimos as palavras e depois examinamos o que elas dizem e a verdade que contêm; no conhecimento primeiro recebemos as impressões e sensações da coisa. (LOCKE, 2013, p.75)

²⁰ Por relação Locke (2013, p.44) compreende o acordo ou desacordo entre duas ou mais coisas, como quer que sejam comparadas. Em toda relação incluem-se as duas coisas que são comparadas entre si, bem como a ocasião ou o fundamento da comparação.

Para exemplificar melhor esta questão, Locke faz menção a uma criança que aceita proposições que são ditadas pelos seus pais ou por algum adulto que a cerca. Se pega o caso da religião: uma criança, dotado de poucas ideias simples, já que viveu pouco para passar por uma quantidade razoável de experiências ou porque ainda não desenvolveu plenamente o entendimento, é submetida à proposições religiosas, tidas como sagradas e punidoras de qualquer tipo de profanação, e cresce acreditando que elas são verdadeiras. Por mais que as futuras experiências, mesmo naquelas em que haja o desenvolvimento cognitivo - ou simplesmente os sentidos - neguem tais preceitos religiosos, dificilmente esta criança irá discordar destes princípios já consagrados.

Ora, embora faça a distinção entre crença e conhecimento, e argumente que, do ponto de vista da moral, uma é associada à experiência e a outra é atribuída à divindade, o que se pode afirmar é que tanto os assuntos vinculados à matéria, como ao espírito são igualmente misteriosos e que o ser humano não conhece a essência de nenhuma delas. Por outro lado, a admissão de uma herança religiosa fica associada à crença, a uma suposição de que existe uma força poderosa que impõe uma regulação para a ação dos seres humanos. Assim, parece que a celeuma não é equacionada no *Draft A*, por mais que Locke defenda a primazia da experiência como fonte do conhecimento, e, por conseguinte, da moral.

Além deste debate epistemológico, Locke também desenvolveu uma argumentação moral focada em torno de um dos principais problemas da sua época. Fala-se dos constantes conflitos religiosos, resultantes da intolerância religiosa e dos interesses políticos conflitantes que permeavam tal situação. Consequentemente, essa reflexão lockeana estipulou a demarcação do que é sociedade civil e Estado, de um lado, e Religião e Igreja, do outro. Esta delimitação aparece em um texto intitulado *Ensaio sobre a tolerância*, de 1667,²¹ como também em alguns manuscritos redigidos por ele no período em que viveu exilado, entre os anos de 1675 e 1679, na França. Estes escritos revelam a sua preocupação com a temática da moral, sendo que, desta vez, a abordagem é feita através do debate político do seu tempo.

Tido como o primeiro trabalho resultante da parceria com Shaftesbury, o *Ensaio sobre a tolerância* demarca a defesa que Locke faz da paz, tendo o tema da tolerância

²¹ É no ano de 1667 que Locke conhece aquele que seria o seu futuro amigo, o então Lord Anthony Ashley Cooper, futuramente designado como Conde de Shaftesbury. Contratado para prestar serviços médicos, em pouco tempo Locke foi convertido em secretário político de Shaftesbury. A partir de então, temas como política, religião e economia começaram a fazer parte do repertório reflexivo do filósofo inglês.

religiosa como arcabouço. Neste título, o filósofo inglês estabelece preceitos morais fundamentais. Para tanto, estabelece os parâmetros para a atuação do magistrado, personagem fundamental para a construção da sociedade arquitetada por Locke.

Assim, cabe ao magistrado instituir leis imparciais para todos, como também a tarefa de não legislar sobre assuntos relacionados à fé, a exemplo da salvação da alma. De igual modo, há a atribuição do magistrado de defender a propriedade de seus súditos. Esta preocupação apresentada por Locke tem como premissa o fato de que todos são iguais perante a lei, do mesmo modo que todos são livres para escolher a própria crença religiosa. Aqui aparece o esboço teórico da separação entre a esfera pública e a privada, entre o Estado e a Religião. Por outro lado, se na vida pública a lei que impera é a positiva, a civil, na privada é a lei divina, manifestada nas Sagradas Escrituras.

Além destes aspectos, a função do magistrado também reside no caráter moral do seu agir. É visando o bem que as leis imparciais e a separação entre o Estado e a Religião devem ser estabelecidas pelo magistrado. Percebe-se, deste modo, que o componente moral baliza as ações desenvolvidas pelo magistrado.

Toda a confiança, todo o poder e toda a autoridade do magistrado são nele investidos com o único propósito de serem empregados para o bem, a preservação e a paz dos homens na sociedade da qual ele se incumbe, e portanto só isso é e deve ser o padrão e a medida de acordo com os quais ele deve regular e ajustar as leis, moldar e estruturar seu governo. (LOCKE, 2007, p.167)

Contudo, existe uma controvérsia neste ensaio. Locke (2007, p.179) estabelece que “o magistrado é uma espécie de vice-gerente de Deus neste mundo, com poder para dar ordens.” Esta atribuição refere-se única e exclusivamente às atribuições do magistrado para a esfera pública, podendo ou não instituir leis que interfiram na conduta dos integrantes da sociedade civil. Por outro lado, cabe também ao magistrado, no usufruto de suas funções, não tolerar o fanatismo religioso²² caso ele ponha em risco a integridade do Estado.

Esse ensaio não foi concluído e algumas questões foram desenvolvidas posteriormente. A continuidade ocorre em um pequeno texto intitulado *Poder civil e*

²² O alvo de Locke são os papistas que, por terem no Papa a única autoridade política e religiosa na Terra, realizam atitudes destrutivas na sociedade em que vivem. Ele também tem em mente alertar o magistrado para o fato de que os homens podem agir de forma passional.

eclesiástico (1674).²³ A premissa de que não cabe ao magistrado impor uma legislação com base em preceitos religiosos continua. Locke parte da ideia de que todos os homens pertencem a dois mundos: o mundano e o extramundano. Enquanto a felicidade no primeiro relaciona-se a esta vida, no segundo acontece após a morte. Assim, se são dois mundos distintos, com objetivos diferenciados, não há motivo para que haja a união entre eles, ocasionando, portanto, a separação de ambos.

Além de detalhar cada tipo de esfera – a mundana e a extramundana – Locke estabelece atribuições morais para os seus membros. Se a punição da primeira esfera se dá neste mundo, cabendo ao magistrado instituir leis para esse fim, na segunda ocorre em outro mundo. De igual modo, na sociedade civil o bem de um indivíduo acarreta no de outro, na sociedade religiosa isso não ocorre, já que o benefício se dá na esfera privada, ou seja, na salvação daquele que pratica o bem.

Entretanto, com os escritos produzidos na França,²⁴ o tema da moral é revestido com um figurino novo. Isto ocorre porque, naquele período, o filósofo reduz a sua dedicação ao trabalho laboral e dedica-se mais a outros temas. No entanto, para o presente estudo, será abordada a temática da felicidade, que é exposta nos seguintes textos: *Fé e razão* (1676), *Felicidade A* (1676), *Moralidade* (1677-1678), *Felicidade B* (1678). A reflexão contida nestes escritos aponta que a moralidade se torna no guia dos homens, já que eles visam à felicidade. Por conseguinte, além de estabelecer a existência de um critério moral para a constituição das leis – sejam elas civis ou religiosas -, percebe-se que a felicidade deve servir também como orientação para a ação de cada indivíduo.

O detalhamento do que Locke compreende por felicidade é o que torna estes textos relevantes. Há uma forte influência epicurista²⁵ na formatação deste conceito, quando o filósofo afirma: “Que a felicidade do homem consiste em prazer do corpo ou da mente, de acordo com o gosto de cada um, e o *summum malum* [mal extremo] é o

²³ Escrito em 1674, este texto reflete o período conturbado que marcou o reinado de Carlos II. Católico, ele tinha assinado uma lei que legislava sobre a tolerância religiosa e que tinha sido aprovada na Câmara dos Comuns. Para tanto, a colaboração de Shaftesbury e de Locke foram fundamentais. De igual modo, também estava em curso a aprovação de uma nova legislação para o campo, que visava garantir a paz e permitia vantagens econômicas aos produtores rurais.

²⁴ Locke se exilou, na França, entre os anos de 1675 e 1679, vivendo maior parte do tempo na cidade de Montpellier, embora tenha habitado outras, como Paris, Lion e Orleans. Tido como um período de intensas reflexões filosóficas, ele continuou tendo contatos com Boyle e Sydenham.

²⁵ Na *Carta sobre a felicidade*, Epicuro (2002, p.37) afirma que “o prazer é início e o fim de uma vida feliz. Com efeito, nós o identificamos como o bem primeiro e inerente ao ser humano, em razão dele praticamos toda escolha e toda recusa, e a ele chegamos escolhendo todo bem de acordo com a distinção entre prazer e dor.” A passagem contida no texto de Epicuro é uma demonstração da influência que Locke teve do filósofo helênico.

sofrimento ou dor do corpo e da mente” (LOCKE, 2007, p.336). Não obstante, ele observa que há um tipo de felicidade que reflete um prazer momentâneo, embora este tipo não seja o almejado.

O texto intitulado *Fé e razão*, escrito em 1676, também aborda o conceito de felicidade. Para Locke, a felicidade pode ser alcançada neste ou em outro mundo (vida após a morte), formulação que repercute diretamente na vida dos indivíduos. Mas é no opúsculo *Moralidade* que Locke descreve melhor a sua compreensão sobre a felicidade. Ele afirma que ela existe nos dois tipos de mundos e alicerça a ação moral dos homens. A felicidade mundana tem como guia a lei civil. Já a felicidade na outra vida tem na lei religiosa o seu condutor. Deste modo, a lei civil diz respeito à sociedade civil, e a lei religiosa à sociedade religiosa. Afirma o filósofo (2007, p. 333):

Também é evidente que o poder que fez o homem existir aqui num estado suscetível de prazer e de dor é igualmente capaz de fazê-lo existir depois que ele houver perdido toda a sensação e percepção por causa da morte, pois quem de início lhe fez existir pode restituí-lo a um estado de sensibilidade e nele permanecer, suscetível que há prazer ou dor, enquanto lhe aprouver. É portanto evidente que há prazer e dor a se espertar nesta vida e que é possível existir um estado depois desta vida no qual os homens sejam suscetíveis de gozos e sofrimentos.

Assim, ele não só estabelece o caráter laico do Estado, mas também argumenta que a felicidade deve ser alcançada nesta vida. Ao associar a felicidade às leis civis, Locke tem ciência de que, do mesmo modo que o homem violou a lei de natureza, em seu estado de natureza, o mesmo pode acontecer com as leis civis. Como solução, o filósofo legitima o uso da força por parte do magistrado, não de forma arbitrária ou impulsionado por um poder absoluto, mas justificada pela manutenção da moralidade entre os membros de uma sociedade política.

Portanto, como ficou observado, o tema da moral aparece de forma embrionária nas primeiras reflexões de Locke. Nos textos de caráter epistemológico observa-se uma crítica ao inatismo, assim como a afirmação da primazia dos sentidos para a obtenção do conhecimento. Nesses mesmos textos, em especial quando aborda o conceito de lei de natureza, o autor entende que a lei divina pode ser compreendida por meio do uso correto da razão. Já nos manuscritos de cunho político, observa-se uma preocupação em caracterizar melhor o que é a moral e, em especial, conferir-lhe um caráter mais utilitário para a vida. Nesta fase de sua vida, o conceito de moral desenvolvido por Locke transita entre a perspectiva de ser associada ao prazer e à felicidade,

possibilitando afirmações de que há certo hedonismo na filosofia lockeana, e a que atribui um caráter racional à moral.

Referências

- BOBBIO, N. *Locke e o direito natural*. Tradução Sérgio Bact. 2.ed. Brasília: EdUnB, 1997.
- CHAMBERS. E. *Cyclopaedia: or An Universal Dictionary of arts and sciences*. 2.v. London: J. and J. Knapton, 1728.
- DUNN, J. *Locke*. São Paulo: Loyola, 2003.
- DUCHESNEAU. F. *L'empirisme de Locke*. Haye-Holanda: Martinus Nijhoff, 1973.
- EPICURO. *Carta sobre a felicidade: (a Meneceu)*. Tradução Álvaro Lorencini e Enzo Del Carratore. São Paulo: EdUNESP, 2002.
- LOCKE, J. *Dois tratados sobre o governo*. Tradução Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Clássicos).
- _____. *Draft A do Ensaio sobre o entendimento humano*. Tradução Pedro Paulo Correia. São Paulo: EdUNESP, 2013.
- _____. *Ensaio político*. Organizado por Mark Goldie. Tradução Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2007b.
- MARION, H. *Locke, sa vie et son oeuvre*. London: Routledge, 1997.
- MICHAUD, Y. *Locke*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SPITZ, J.F. *John Locke et les fondements de la liberté moderne*. Paris: PUF, 2001.
- WOOLHOUSE, R. *Locke: a biography*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- YOLTON, John. *Dicionário de Locke*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.